

Os (des)caminhos da “inovação”

Maria Inácia Sobral Félix Faria
Telemóvel: 966 650 405
E-mail: maria.isf.faria@hotmail.com



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Palavras-chave: adequar, rural, inovação, (des)envolvimento, população.

Resumo

Após a II Guerra Mundial, a Europa socorreu-se do livre funcionamento do mercado como factor impulsionador da economia global e estimulador do crescimento urbano, prevendo que o desenvolvimento das regiões rurais decorreria “inevitavelmente” do primeiro. Este modelo veio a revelar-se gerador de enormes disparidades económicas e sociais. As assimetrias regionais acentuaram-se, os territórios interiores ficaram ainda mais isolados e confrontados com o desregrado crescimento urbano que, longe de contribuir para o desenvolvimento comum, gerava um fosso cada vez maior. Avaliaram-se as políticas, redefiniram-se objectivos e no final do século passado as prioridades apontavam para a reorganização do território em função dos equilíbrios económicos, sociais e ambientais. No início do século XXI, inovação, organização, cooperação são fundamentais para a criação e gestão de projectos integrados de desenvolvimento local num contexto global.

Introdução

Este texto resulta sobretudo dum trabalho de consulta e pesquisa, com o objectivo de compreender a inovação em espaço rural e conhecer alguns exemplos de *empreendedorismo* no caso português. Pela sua abrangência e transversalidade a todos os sectores da sociedade, não nos atreveremos a definir o conceito “inovação”, apenas se dirá que inovação em espaço rural será qualquer acção interactiva entre o passado e presente, capaz de mobilizar o tecido económico e social duma região, garantindo-lhe um futuro sustentável.

Quando a partir dos anos 90 do século XX, se tomou consciência de que as políticas económicas europeias não haviam contemplado responsabilidades culturais, sociais e ambientais, com a agravante de não terem promovido o progresso sustentado, em particular das regiões periféricas, as entidades governamentais decidiram reformular objectivos e adequar os meios às necessidades das populações e territórios, numa tentativa de minimizar os danos económicos e sociais causados.

Atentos ao Programa Comunitário LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) que elege como bons, os projectos que valorizem as novas oportunidades, aproveitando o capital humano, paisagístico e ambiental, reforçando as competências locais, fomos à descoberta de empresas cujas acções se enquadrassem neste espírito. Recorrendo a variadas fontes de informação e ao contacto directo com representantes de empresas consideradas “casos de *empreendedorismo* em desenvolvimento rural”, fomos descobrir no que consistiu a “inovação”, o tipo de obstáculos e oportunidades surgidas, bem como a medida do sucesso obtido.

As políticas desajustadas, as atitudes incorrectas e as decisões inadequadas deixaram marcas profundas no território físico mas também no tecido social e cultural em cada região, no entanto, a tendência futura é para uma mudança de mentalidades e para um maior envolvimento das entidades individuais e colectivas, no sentido de promover políticas integradas de desenvolvimento, donde resultarão territórios demograficamente mais equilibrados, economicamente mais ricos e socialmente mais fortes.

Agricultura o motor da economia

Por volta de 4000 a.C. muitas terras estavam ainda por desbravar, mas de um modo geral o continente europeu “vivia já ao ritmo dos trabalhos agrícolas”, o “tempo de adaptação e da identificação com o território tinha chegado” e o homem adoptava um novo papel – o de agricultor, cuja missão principal era abastecer de mantimentos a comunidade (Carpentier e Lebrum, 2002). Passados mais de 20 séculos, para a grande maioria dos habitantes da União Europeia, a imagem do agricultor permanece essencialmente ligada à produção de alimentos e à fundamental função de oferecer uma alimentação saudável à população (EUROBAROMETRO, 1995). Este pensamento é reforçado pelo resultado das recentes

sondagens levadas a efeito para apurar os conhecimentos dos europeus sobre a agricultura e a sua importância na sociedade actual, donde resulta que a principal responsabilidade dos agricultores é “fornecer de alimentos sãos e sem oferecer qualquer tipo de perigo aos consumidores” (EUROBAROMETRO, 2007).

A história dos espaços rurais confunde-se com a história do mundo agrícola, onde não faltam acções inovadoras. A inovação em espaço rural começou logo que o homem descobriu novas sementes, aperfeiçoou técnicas de sementeira e armazenamento, fabricou alfaías agrícolas ou adaptou os pesticidas à agricultura. Foi um processo dinâmico e contínuo, acontecendo sempre que o homem accionava novos meios, capazes de melhorar a relação produção/preço, ao mesmo tempo que diminuía a força de trabalho necessária, até conseguir substituir a força humana pela máquina – a denominada industrialização da agricultura. Há quem defenda que o declínio da agricultura começou aqui, quando a máquina foi introduzida na agricultura, fabricando mão-de-obra excedente e inaugurando o êxodo incessante da população rural para a cidade, gerador de irreversíveis processos de migração e emigração.

Mas a industrialização agrícola não foi a única causa do declínio do mundo rural e da quebra da sua importância no mercado de emprego europeu. Também a urgência em reconstruir as grandes cidades, destruídas durante a segunda guerra mundial, levou a Europa a incentivar o livre funcionamento do mercado, como factor impulsionador crescimento económico, estimulando a oferta de maiores salários e prometendo melhores condições de vida, oportunidades que naturalmente a população não ignorou, abandonando os campos rumo às grandes metrópoles. De resto, a cidade sempre despertou um certo deslumbramento aos habitantes dos territórios mais recônditos, sentimento excelentemente ilustrado num excerto de “Le Peuple”¹ :

«“Como é radiosa a cidade! Que triste e pobre é o campo!”. Eis o que ouvis dizer aos camponeses que vêm ver a cidade em dias de festa. Eles não sabem que, se o campo é pobre, a cidade, com todo o seu esplendor, é talvez mais miserável. De resto, poucas pessoas fazem esta distinção.»

Ainda hoje a qualidade de vida proporcionada pelo campo é pouco reconhecida por grande parte da população que não valoriza a beleza simples mas harmoniosa da paisagem natural e continua a sentir-se atraída pela imagem de grandiosidade urbana que decorre da concentração de instituições administrativas, da oferta de serviços financeiros, tecnológicos e culturais. Assim, pouco a pouco, a sociedade Europeia dos anos 50 começava a recuperar dos efeitos da guerra, tentando minimizar o clima geral de desconfiança e insegurança que ainda se vivia, incentivando o aumento de produtividade, nomeadamente agrícola para que às populações (urbanas principalmente) não faltassem provimentos.

As décadas seguintes apresentaram o resultado das políticas económicas e sociais antes aplicadas, resultado que ficou aquém das expectativas. Contrariamente ao previsto, as cidades

¹ “Le Peuple” - obra do historiador Jules Michelet (1798-1874) e referida por Lebrun e Carpentier em História da Europa.

evoluíram de forma desigual e os sinais de estagnação rural foram expressivos e inegáveis. A consequência da ausência de estruturas sólidas de apoio à agricultura, os constantes aumentos dos custos de produção, o decréscimo da produtividade agro-pecuária e a subida de preços, somados ao efeito do êxodo rural, não tardou a fazer-se sentir, deixando o mundo rural numa profunda crise económica e social, agravando ainda mais as disparidades não só entre os países do Norte e Sul da Europa, mas também a nível regional e local.

Perante a inevitabilidade de justificar os desastrosos resultados, iniciou-se um processo de avaliação de resultados e apuramento de causas que desconsiderou a forma e o conteúdo das medidas anteriormente aplicadas e usou argumentos “desajustados” para fundamentar os insucessos. Foi assim defendido o nexo de causalidade entre a “localização geográfica” e o “não desenvolvimento”, aceitando-se as disparidades como algo natural e consequente das posições periféricas, presunção que deixou os territórios “escondidos” ainda mais isolados. Apesar das políticas desajustadas, do “papel marginal” que lhe foi atribuído e da ausência de benefícios, a agricultura europeia foi o motor “subsidiário” da modernização e do desenvolvimento urbano em particular. No caso de Portugal, “de costas voltadas para a Europa” e sob inflexíveis regras governamentais que impediram o livre comércio e mobilização de recursos, o resultado foi o aumento do isolamento e o agravamento das condições socioeconómicas, seguidas dum movimento emigratório sem precedentes.

Para amenizar os efeitos da crise agrícola europeia nasceu, no final do meio século, a Política Agrícola Comum (PAC) que através da criação e atribuição de subsídios veio auxiliar na (re)construção de infra-estruturas de apoio à produção, distribuição, comércio e consumo. A partir deste momento o agricultor ganha um novo papel – produtor mas também empresário - com objectivo de rentabilizar os meios maximizando os lucros e, sobretudo, tornar a União Europeia agricolamente auto-suficiente. Neste quadro, aos agricultores foram atribuídos incentivos para aumentar a produção e simultaneamente assegurados elevados preços no mercado global, sem que lhe tivessem sido impostas quaisquer regras ou metas em prol do desenvolvimento social e ambiental. Destacou-se assim a agricultura, das outras actividades, tratando-a como instrumento económico e produtor de riqueza, rejeitando a sua multifuncionalidade e desconsiderando a sua integração na paisagem. Perante a escassez de medidas de protecção ambientais, assistia-se ao incorrecto uso dos solos, a nocivas práticas ambientais e a outras acções que conjuntamente configuravam a (des)evolução do território rural, até que a Conferência de Estocolmo (1972) alertou para a urgência em criar instrumentos políticos, estabelecidos e supervisionados por entidades públicas e privadas com vista à preservação dos recursos naturais e minimização dos malefícios já produzidos.

Com a entrada na Comunidade Económica em 1986 surgiram novas oportunidades para Portugal que ainda assim, se viu limitado pela carência de recursos, nomeadamente pela ausência de acessibilidades que impedia a rápida deslocação, o escoamento da produção em tempo útil e encarecia o produto português comparativamente ao congénere europeu, provocando reacções a nível local, contra as decisões tomadas a nível nacional e europeu. Outras razões foram apontadas para o insucesso da PAC em Portugal: a falta de uma política

económica social e solidária, inclusiva dos territórios mais recônditos; a separação da agricultura da pecuária, entendida como um dos principais erros da agricultura moderna, por ser contrária aos princípios mais elementares do equilíbrio ecológico, prevendo-se a agricultura biológica e integrada, como solução minimizadora dos impactos negativos da agricultura mecanizada (Cabral, 1984).

A atribuição de subsídios revelou-se insuficiente ou mal distribuída, acentuando ainda mais as desigualdades e agravando os problemas sociais e económicos. Na década de 80 surgiu um dos grandes problemas da PAC: a não absorção de grande parte da produção agrícola conduziu à acumulação contínua de excedentes. Os subsídios atribuídos à agricultura, ora para produzir, ora para exportar ou mesmo para eliminar (no caso dos excedentes), tornaram-se difíceis de justificar perante o descontentamento geral da população que começava a duvidar das suas vantagens, tanto mais que se haviam tornado num excessivo peso orçamental penoso de suportar, numa altura em que também o sector têxtil e o sector naval davam sinais de crise.

Sobre as políticas destinadas ao mundo rural em geral e à agropecuária em particular, veja-se o entendimento de Aubert (1974) quando há mais de 30 anos alertava para os riscos económicos, sociais e ambientais da industrialização da agricultura, defendendo que os métodos de produção, a introdução de produtos químicos na agricultura e pecuária significariam uma mudança generalizada e insustentável a longo prazo. Também na década de oitenta Cabral (1984) manifestava a sua preocupação quanto aos efeitos da industrialização agrícola, fomentadora de profundas mudanças económicas, provocadoras de inevitáveis desequilíbrios sociais que levariam ao forte acréscimo da emigração, situação que se viria a confirmar com o abandono sucessivo dos territórios interiores.

Perante os dúbios resultados da política agrícola, nomeadamente pelo agravamento das desigualdades sociais e surgimento de novas preocupações ambientais, com a chegada da década de 90 emergem novos conceitos, quer para “desenvolvimento” quer para “rural”, associados à necessidade de gerir o planeta de forma sustentável, sem hipotecar o futuro das gerações vindouras. No terminar do século XX notava-se já alguma evolução, não só pela crescente consciencialização da finitude dos recursos naturais, mas também pela preocupação em proceder ao ordenamento do território. Ao mesmo tempo, tendia-se para modelizar os espaços, universalizando e esquecendo que o “desenvolvimento rural não se padroniza. Normalizar é sufocar o desenvolvimento rural” (Covas, 2004), o desenvolvimento sobrevém de forma geograficamente dispersa e naturalmente distinta, decorrendo da heterogeneidade territorial e da unicidade do espaço, devendo ser respeitada a identidade e a história local. Na verdade, depois da despovoação, aldeias e campos passaram a ser planificados, desenhados e construídos por figuras ausentes e, por isso, desconhecedoras do sentimento que une o camponês à terra e a transforma num espaço dinâmico. Compreende-se assim o interesse em preservar uma “cultura marginalizada e em vias de desaparecimento”, contexto em que foi realizado um trabalho de recolha e tratamento de diversas espécies de “ervas medicinais dos campos”, modos de preparar infusões e outras mesinhas (Nunes, Oliveira, Ferreira, 1984).

O início do novo século marcou definitivamente uma mudança de atitudes e mentalidades. Cientes que as zonas rurais dos 27 Estados-Membros acolhem mais de 56% da sua população e são 91% do seu território, todos dão agora primordial importância à diminuição/eliminação do uso de produtos químicos, ao aumento da utilização dos recursos naturais para fertilização dos solos e ao ordenamento do território em geral. As mudanças também ocorrem social e culturalmente, as tradições são revisitadas, o património rural revalorizado e os territórios tendem a aproximar-se - o homem urbano começa a procurar no campo o equilíbrio e a vitalidade perdidos na cidade, reconcilia-se com o passado e quer regressar aos velhos métodos (Aubert, 1974). É desta necessidade de reaproximação que nascem novas práticas de utilização do espaço rural e uma nova relação rural/urbano.

Évora é um exemplo de espaço reinventado, onde a tradição e a inovação coexistem em perfeita harmonia “criando uma espécie de “conservação inovadora do elemento tradicional” (Fortuna, 2001), onde podemos encontrar uma relação equilibrada entre os vestígios do passado e os benefícios da inovação. Esta complementaridade assenta no respeito pela identidade local, partindo do princípio de que “sem inovação não há progresso, sem identidade não há desenvolvimento”, na convicção de que o progresso acontece por força da inovação nas que para progredir é necessário existir e a existência pressupõe uma identidade.

Da “inovação” no caso português

Dinamismo e determinação para desencadear acções inovadoras e concretizar projectos mais ou menos arriscados, caracterizam os casos portugueses estudados que adiante se apresentam. Com base numa pesquisa em diversas fontes de informação (jornais, revistas e internet) conheceram-se iniciativas empreendedoras que contribuíram para o desenvolvimento rural. A aproximação a algumas dessas empresas deu-se por contacto telefónico, junto dos seus representantes que reponderam prontamente às questões colocadas e descreveram experiências vividas.

Foram colocadas questões do tipo: Que projectos foram desenvolvidos? Com que dificuldades e oportunidades se depararam no decurso das suas acções? Que obstáculos foram impeditivos na concretização desses projectos? Quais as expectativas para o futuro?

Em 1996 foi criado no concelho de Aljezur, um projecto integrado de turismo rural que reunia alojamento e serviço de refeições regionais, com a oferta de passeios organizados, ateliê de artesanato e observação de aves. Preocupada em preservar recursos naturais, usou técnicas amigas do ambiente no tratamento das águas residuais e lixo sólido, acção que lhe valeu uma “Menção Honrosa no Concurso de Ideias Algarve Inovação’99”. Com o decorrer do tempo, tornou-se indispensável reajustar a oferta à procura e extinguir algumas actividades por não serem financeiramente sustentáveis.

Criada em 1988, no concelho da Vidigueira, uma empresa que se dedica à produção de azeite e vinho, conjuga técnicas tradicionais com modernas, assegurando a qualidade de excelência, direccionada para mercados específicos. Ao longo de vinte anos de actividade foi necessário excluir do projecto produções não rentáveis, e adaptar a produção às exigências dos consumidores. Hoje tem um nome referência no mercado de produtos gourmet.

Com base num modelo de gestão sustentável encontramos na zona da Covilhã, uma empresa produtora de agricultura e pecuária de qualidade excelente, cujo trabalho de intervenção ambiental e investigação científica foi considerado uma mais-valia para o património local e social da região, valendo-lhe o 1º Premio Nacional do Ambiente em 1999. Ao longo de quase duas décadas de projectos, esta empresa foi avaliando os resultados, adaptando os meios e fixando novos objectivos, contexto em que recentemente investiu num programa de produção integrada e alimentação para os animais (bovinos, ovinos e cavalos). Actualmente, uma das suas apostas é o projecto Extensivity (Sistemas de Gestão Ambiental e de Sustentabilidade na Agricultura Extensiva) liderado pelo Instituto Superior Técnico e financiado pelo Programa Life da União Europeia, para a redução dos níveis de dióxido de carbono através da criação de pastagens biodiversas que ao longo da sua vida absorvem o carbono.

Há cerca de 15 anos, no concelho de Castro Daire, foi criada uma empresa que tem como actividade principal a produção, transformação, embalagem e comercialização de plantas aromáticas e medicinais (PAM). A parceria com outras entidades, nomeadamente com a escola agrícola da Universidade de Vila Real, permite-lhe um trabalho continuado de pesquisa científica num campo de experimentação, onde várias equipas recolhem plantas silvestres e exóticas, com o objectivo de as adaptar ao meio agrícola. Obter produtos singulares e de qualidade para um nicho de mercado específico, continua a ser o objectivo maior desta empresa de mérito reconhecido.

As dificuldades foram superadas à medida que surgiram e hoje a produção biológica certificada de produtos animais e vegetais é a actividade dominante duma empresa da região norte que se dedica a transformar e exportar produtos “bio”. As encomendas podem ser efectuadas online ou directamente nas lojas abertas em Lisboa e Vila Nova de Gaia, onde garante refeições completas e prontas a consumir, por um segmento de clientes que continua a crescer gradual mas sustentadamente.

Mas, não se pense que as ideias inovadoras e as acções empreendedoras se esgotam neste pequeno relato, a imprensa nacional oferece-nos quase diariamente notícia de muitos outros projectos “inovadores”, eis alguns casos:

Inserida na rede europeia de turismo de aldeia, um projecto nascido em 1999 ao qual aderiram países como a Itália ou a Roménia com vista à recuperação de áreas despovoadas, está a “Rede Turística Alentejana” premiada em 2007 pela Organização Mundial de Turismo com o prémio Ulysses na categoria de inovação, pelo seu trabalho na recuperação de aldeias que tem contribuído para a valorização do mundo rural e consequente fortalecimento da identidade da população (Público, 31/05/2007).

“Cabras usadas na prevenção de incêndios” é o título de uma notícia que dá conta da atribuição do prémio “Ideias Verdes 2008” a um inovador projecto que consiste na utilização de rebanhos de caprinos “estrategicamente controlados através de tecnologias modernas como a localização por GPS”, para aproveitar a fertilização natural e beneficiar da redução de custos com a limpeza mecânica dos solos e contribuindo para “reduzir o perigo de incêndio, controlar as espécies invasoras e modelar a paisagem” (Expresso, 19/07/2008).

Os bonecos artesanais de Estremoz são o exemplo de como a tradição se adapta às exigências dos novos consumidores. Mantendo as características de três séculos, deixadas pelos seus antepassados, duas artesãs continuam a fabricar bonecos regionais “a partir de um molde de 50 anos e que permite que tenham sempre a mesma cara”, acrescentando-lhe depois um toque de modernidade muito apreciada pelo crescente número de clientes nacionais e internacionais (Público, 10/12/2007).

Reflectindo sobre o que apurámos, poder-se-á considerar que é fundamental para qualquer empresa ter um processo dinâmico que lhe permita a consolidação e projecção do trabalho. Deste modo, impõe-se a observação contínua das tendências de mercado, uma auto-avaliação crítica do trabalho realizado, a comparação de resultados e a aprendizagem com projectos homólogos, com vista a readaptar os meios e redesenhar objectivos. Sabe-se que na maioria das vezes, a ideia base parte dos próprios promotores e proprietários dos espaços, com algum capital disponível para o investimento inicial, começando por projectos menores, vão progredindo, alguns deles atingindo já mercados à escala nacional e mesmo internacional. Registam-se algumas resistências externas, nomeadamente de carácter burocrático que aumenta a morosidade na aprovação dos projectos e no processo de qualificação e certificação de novos produtos. Também o “excesso de zelo” por parte das entidades fiscalizadoras dificulta o fabrico e comercialização de produtos pela arte tradicional. A propósito desta prática, há que recordar (e concordar) com o oportuno artigo de um respeitado sociólogo português, quando refere que os tradicionais enchidos, doces, pãezinhos e biscoitos que até há bem pouco tempo se compravam por esse Portugal rural correm o risco de desaparecer, para dar lugar ao fabrico dos artificiais, mas embalados e normalizados, alimentos que poderemos encontrar em qualquer hipermercado, acabando deste modo com tradições seculares e empurrando para situações miseráveis famílias que já vivem em precariedade (Público, 25/11/2007).

Conclusão

O agricultor sempre teve uma função fundamental no processo de desenvolvimento rural, não só na vertente económica pela sua ligação à agropecuária e silvicultura, mas também no que concerne ao desenvolvimento social e cultural das aldeias periféricas. Por outro lado, a sua importância aumenta quando guarda e defende a identidade do território rústico, através da produção de objectos e imagens singulares, representativos de uma espécie quase em extinção. Mas o papel do agricultor não se esgota nos limites geográficos duma aldeia mais

recôndita, o seu papel estende-se até à cidade, onde faz chegar uma variedade produtos essenciais ao bem-estar urbano.

Os novos projectos nascidos em meio rural são geradores de novas relações, não só entre o homem e a terra mas também, entre o campo e a cidade. Para além de trabalhar a terra, o agricultor tem novas responsabilidades, é empresário, é construtor da paisagem e mediador do espaço que vai do campo à cidade, a multifuncionalidade é cada vez mais uma característica do espaço e do homem.

Por último, o ordenamento e a gestão do território são uma prioridade de toda a Europa que tem o dever de proteger os recursos naturais, promover os espaços rurais e defender os valores culturais e sociais dos territórios periféricos. Deste modo, é urgente produzir (e fazer cumprir) legislação para contrariar o abandono das terras, facilitar o seu arrendamento e compensar com benefícios fiscais os agricultores que queiram fixar-se em territórios rurais. Nos projectos de desenvolvimento, em particular de carácter social e rural, é indispensável o envolvimento dos agentes locais públicos e privados, destacando-se a colaboração das autarquias, como elemento motivador da participação das populações. A globalização é inevitável e irreversível, devendo ser encarada como uma oportunidade rumo ao progresso colectivo e, sendo assim, deve resultar do esforço da comunidade.

Bibliografia

Aparício, Irene e al., (coord.,) (2003), *Empreendedorismo em Meio Rural*: Identificação de Boas Práticas. Adrt– Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio.

Aubert, Clauden (1974), *A Industrialização da Agricultura*: Salvação ou suicídio da humanidade? 2ª Ed., Afrontamento, Porto.

Cabral, António (1984), A Perspectiva cultural dos jogos populares. In Gonçalves, Manuel J. (Dir.), *Estudos Transmontanos*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, Nº 2, pp. 167-187.

Carpentier, J., Lebrun, F. (2002), *História da Europa*, Referência/Editorial Estampa, 3ª ed.

Covas, António (2004) *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Temas e Problemas, Edições Colibri.

Fortuna, Carlos (2001), *Cidade, Cultura e Globalização*. In Fortuna, Carlos, (Org.), *Ensaios de Sociologia*, Celta Editora, 2ª ed. Oeiras. pp. 231 -257.

Instituto Nacional Estatística, Recenseamento geral da agricultura: 1999: Portugal: principais resultados / Instituto Nacional de Estatística. Lisboa: INE, 2001. - 272 p. : qua. ; 30 cm, ISBN 972-673-469-X.

Nunes, B., Oliveira, A. P., Ferrerira, M. C. (1984), *Plantas Medicinais do Barroso*. In Gonçalves, Manuel José (Dir.), *Estudos Transmontanos*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, Nº 2, pp. 191-250.

Artigos de Jornais

BARRETO, António - Retrato da Semana: Eles estão doidos. Público. (25 de Novembro de 2007)

Bonecos de Estremoz sobrevivem graças à persistência dos artesãos. Público: Local. Artesanato. (10 de Dezembro de 2007)

Cabras usadas na prevenção de incêndios.”Expresso: Ambiente”. (19 de Julho de 2008)

Projecto que aposta na valorização do mundo rural distinguido em Madrid. “Público: Local. Turismo”. (31 de Maio de 2007)

Outras fontes

Eurobaromètre : *Ce que les Européens pensent de la PAC* [acedido em 25/05/08]. http://ec.europa.eu/agriculture/foodqual/index_pt.htm

Agradecimento

Um especial muito obrigado aos responsáveis das empresas contactadas, pela forma pronta e cordial como responderam às questões colocadas.